



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

13  
PR

161

**Recurso de Agravo nº 194417-0/02** – Comarca do Recife

**Recorrente:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

**Recorridas:** Angelita Torres Batista e outras

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. MATÉRIA NÃO TRATADA NO PROCESSO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

- 5527
1. Analisados os autos, verifica-se que a questão suscitada no presente recurso, relativa à suposta existência de verbas de natureza *propter laborem* na composição dos benefícios de pensão das ora agravadas, não foi arguida pelo ente público no momento processual próprio, qual seja, o da apresentação da peça de bloqueio ao pedido inicial da ação, no primeiro grau de jurisdição, tampouco em sede de Apelação, encontrando-se, pois, preclusa a oportunidade de discuti-la, circunstância que impede o conhecimento da matéria nesta instância revisora.
  2. Não admite a nossa ordem processual o conhecimento em sede de recurso de matéria não tratada anteriormente no processo, vedando, com isso, a possibilidade de inovação da lide em fase recursal.
  3. À unanimidade de votos, não se proveu o recurso de agravo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 194417-0/02, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em não prover o recurso, nos termos dos votos, da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

11 - RA 194417-0/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

162

**Recurso de Agravo nº 194417-0/02** – Comarca do Recife

**Recorrente:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

**Recorridas:** Angelita Torres Batista e outras

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa que, com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento a Apelação Cível manejada pela ora recorrente por reconhecer assistir às recorridas o direito à percepção dos seus benefícios de acordo com o que receberiam os ex-servidores públicos se vivos estivessem, em observância à garantia de integralidade de pensão insculpida no art. 40, §§ 4º e 5º, da CF/88.

Irresignada, manejou a agravante o presente recurso para ver reformada a decisão monocrática fustigada ao argumento de que dentre as verbas componentes da remuneração dos ex-servidores municipais falecidos se encontrariam vantagens de cunho *propter laborem*, as quais não seriam abrangidas pelo benefício da integralidade de pensão.

É o relatório.

Entendendo por não exercer o juízo de retratação, apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

Recife, 24/02/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

15  
PR

163

**Recurso de Agravo nº 194417-0/02** - Comarca do Recife

**Recorrente:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

**Recorridas:** Angelita Torres Batista e outras

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Em que pesem os argumentos jurídicos articulados pelo recorrente, mantenho a convicção firmada na decisão vergastada, a qual, a meu ver, não merece qualquer reparo.

Analizados os autos, verifico que a questão suscitada no presente recurso, relativa à suposta existência de verbas de natureza *propter laborem* na composição dos benefícios de pensão das ora agravadas, não foi arguida pelo ente público no momento processual próprio, qual seja, o da apresentação da peça de bloqueio ao pedido inicial da ação, no primeiro grau de jurisdição, tampouco em sede de Apelação, encontrando-se, pois, preclusa a oportunidade de discuti-la, circunstância que impede o conhecimento da matéria nesta instância revisora.

Com efeito, não admite a nossa ordem processual o conhecimento em sede de recurso de matéria não tratada anteriormente no processo, vedando, com isso, a possibilidade de inovação da lide em fase recursal.

Feitas essas considerações, voto pelo não provimento do presente recurso.

É como voto.

Recife

04/02/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**